

Dívida Externa Estadual

GAZETA MERCANTIL

26 JUN 1991

Marcílio deverá definir tratamento diferenciado para dívida dos estados

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, fez um apelo aos secretários de Fazenda dos estados, reunidos ontem no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para que promovam o saneamento financeiro de suas contas em relação ao governo federal e credores externos e internos.

"Estamos prontos para um diálogo com cada estado, com vistas a obter uma maneira pela qual encontre seu saneamento financeiro e uma relação com o governo federal e com os mercados financeiros interno e externo, que possibilitem a capacidade de levantar, de mobilizar os recursos que tem", disse o ministro, ao abrir a reunião do Confaz, ontem em Brasília.

O ministro disse aos secretários estaduais que o Ministério da Economia vem realizando estudos para definir as diretrizes que serão adotadas, levando em conta as dificuldades de cada unidade federativa.

As ponderações do ministro da Economia acabaram atingindo seu alvo. O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Orion Herter Cabral, sensibilizado com a possibilidade de en-



Marcílio Marques
Moreira

contrar uma solução definitiva para a dívida do governo gaúcho, decidiu pagar Cr\$ 3,2 bilhões da parcela da dívida externa no final da tarde de ontem, após uma consulta ao governador Alceu Collares. "A sinalização perfeita das palavras do ministro nos animaram a proceder um avanço no pagamento de 25% dos juros atrasados da dívida externa, disse Herter Cabral.

O secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Frederico Mazzuchelli, e o do Estado do Rio de Janeiro, Cibilis Viana, entraram na reunião do Confaz com

seus compromissos externos em dia. Viana pagou US\$ 3 milhões de juros da dívida externa da administração direta e indireta e do metrô do Rio de Janeiro.

O governo do Rio de Janeiro espera fazer uma composição de débitos e créditos com o governo federal. A Companhia Siderúrgica Nacional, a Eletro-norte e a Nuclebras têm uma dívida de US\$ 160 milhões com o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj). O governo do Rio teria uma dívida da mesma ordem junto ao governo federal. "É razoável se encontrar uma solução sobre os ativos e passivos entre os estados e o governo federal", concorda o secretário de Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellisch.

A partir de setembro o governo carioca espera reativar o Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro (BD-RIO) através de uma capitalização com 20% de arrecadação do ICMS e com US\$ 68 milhões de crédito que tem junto ao governo federal de "aval" concedido pelo banco para a dívida externa de estatais federais que não foram pagos. Está nesta situação, de acordo com Viana, a Companhia Siderúrgica Nacional, com US\$ 26 milhões, e a Nuclebras,

com US\$ 40 milhões. Mazzuchelli disse que todos os compromissos externos do governo paulista estão em dia com o governo federal. O secretário de São Paulo aproveitou a reunião de ontem para formar uma frente com os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul para alterar o sistema de rolagem da dívida pública mobiliária. Os quatro estados têm uma dívida de Cr\$ 2 trilhões e terão um encontro na sexta-feira no Rio de Janeiro para discutir a estratégia de negociação que vão adotar.

"O atual sistema de financiamento tornou-se um mecanismo de desfinanciamento dos estados. Os juros são altíssimos e insustentáveis", disse Mazzuchelli. Ele defendeu a substituição dos mecanismos de negociação de títulos estaduais por Letras do Banco Central com prazos de 10, 15 a 20 anos. Hoje da dívida mobiliária de São Paulo de Cr\$ 800 bilhões, metade vem sendo rolada no mercado e os outros Cr\$ 400 bilhões estão na carteira do BC. A arrecadação de ICMS de São Paulo está sendo insuficiente para arcar com os crescentes custos financeiros de rolagem da dívida mobiliária.